
**JUVENTUDE, MOVIMENTOS
SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA NO BRASIL ENTRE
OS ANOS DE 2013 A 2015**

Aldimar Jacinto Duarte¹

Resumo: *Este texto constitui-se como um dos resultados parciais do Grupos de Pesquisa Juventude e Educação, vinculado ao programa de Pós Graduação em Educação da PUC Goiás. Busca-se analisar a relação entre juventude e participação política no Brasil entres os anos de 2013 e 2015. Intenta-se discutir a relação entre as recentes manifestações de jovens no Brasil e os movimentos sociais enquanto categorias de análise historicamente construídas. Considera-se tal temática pertinente na media em que dialoga com a realidade Brasileira, tendo como foco a participação dos jovens nos movimentos recentes e suas novas formas de organização de manifestação social.*

Palavras-chave: *juventudes, participação política, movimentos sociais.*

INTRODUÇÃO

As manifestações juvenis ocorridas entre os anos de 2013 e 2015 constituíram-se em grandes eventos no cenário da política brasileira daquele período. Desde os movimentações

1 Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Goiás e doutor em educação pela Universidade Federal de Goiás; Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Goiás na Escola de Formação de Professores e Humanidades (curso de Pedagogia) e no Programa de Pós Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado). Email: aldimarjd@hotmail.com

juvenis que reivindicavam o *impeachment* do então Presidente da República Fernando Collor de Mello em 1992, o Brasil não assistia a organizações juvenis de grande força mobilizadora. Embalados pelo discurso contra a corrupção e contra a realização da copa do mundo no Brasil, vários jovens foram para a rua manifestar o seu descontentamento com o cenário da política brasileira.

Este artigo tem o objetivo de analisar alguns aspectos da configuração dessas manifestações, em especial o que elas apresentam de novo em relação ao seu escopo de reivindicações e formas de organização. Para tanto, o texto está dividido em três unidades. Na primeira apresentamos uma breve digressão histórica na qual discutimos a tipificação das manifestações juvenis a partir da década de 1930 até a década de 1990, dando enfoque especial ao caráter organizativo e reivindicatório de tais movimentos. Na sua segunda unidade realizamos uma análise das condições sócio culturais dos jovens no mundo contemporâneo, dando enfoque para o caráter de precarização do mundo do trabalho, das relações sociais contemporâneas e do desenvolvimento de uma perspectiva de mundo cada vez mais individualista por parte dos agentes sociais. Buscamos demonstrar que os jovens se constituem como as principais vítimas do processo de precarização da vida individual e social inerentes à nova organização produtiva do mundo contemporâneo. Na terceira unidade propomos uma análise em torno das manifestações juvenis entre os anos de 2013 e 2015 e sua configuração contraditória àquela historicamente construída pelos movimentos sociais e partidos políticos progressistas.

QUESTÕES HISTÓRICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NO BRASIL

Entre as formas históricas de participação dos jovens urbanos na realidade social, encontramos, com maior evidência em

meio às classes média e alta, os movimentos estudantis, que até hoje povoam as representações sociais como modelo de participação da juventude, assumindo por vezes um caráter saudosista, descontextualizado e generalizador, como se tais movimentos aglutinassem todos os segmentos juvenis e sempre tivessem partido de referenciais progressistas. Trata-se de mais uma forma de estigmatizar a juventude, atribuindo um papel social a esse tempo de vida sem considerar o contexto histórico, a condição de classe daqueles que desses movimentos foram agentes e os projetos políticos aos quais se aliaram no decorrer da história.

De acordo com Nascimento (2002), as manifestações dos estudantes no Brasil não se constituem em um fato restrito ao século XX, tendo em vista que, desde o período colonial, os estudantes se mobilizavam, mesmo que esporadicamente e de forma difusa e efêmera, para se posicionarem frente a determinadas contingências políticas e sociais.

Mas é com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 11 de agosto de 1937, no início da ditadura Vargas, que se verá uma organização mais sistemática do movimento estudantil brasileiro, em decorrência do processo de urbanização e, por conseguinte, da constituição de uma classe média urbana que passava a ter outra perspectiva de desenvolvimento e de consumo, em contraposição aos modelos rurais que caracterizavam hegemonicamente o Brasil até a década de 1930.

A partir de 1942, os estudantes esboçaram uma reação ao populismo fascista de Getúlio Vargas em várias campanhas de opinião contra os regimes nazifascistas. A redemocratização do regime veio com a deposição da ditadura em 1945, colocando fim ao Estado Novo, período a partir do qual os estudantes passam a ter um importante papel na consolidação do sentimento nacionalista brasileiro, principalmente por meio da defesa do patrimônio territorial do país e do petróleo, com a campanha *o petróleo é nosso*, iniciada por Getúlio Vargas e culminada na criação da Petrobrás em 1953.

Entre os anos de 1950 e 1955, a UNE viveu um período de aliança com os setores de direita da sociedade brasileira, entre eles com a União Democrática Nacional (UDN), o que proporcionou um retrocesso na participação política desse segmento juvenil junto à sociedade. No entanto, outros grupos de estudantes, principalmente os vinculados à Igreja Católica e ao Partido Comunista Brasileiro, mantiveram-se no debate político, realizando uma coalizão e derrotando, em 1956, as forças da UDN que dirigiam a UNE desde 1950.

A Igreja Católica exerceu um importante papel no processo de organização dos jovens desde a década de 1920, que se convencionou chamar de Ação Católica, que tinha sua atuação junto à Juventude Agrária (JAC), à Juventude Operária (JOC), e, com maior incidência, nos movimentos estudantis, por meio da Juventude Estudantil Católica (JEC), composta por estudantes secundaristas, e a Juventude Universitária Católica (JUC).

A participação da JUC nas políticas estudantis proporcionou o contato mais íntimo dessa organização com outros movimentos estudantis, entre eles os de esquerda laica, com os quais acabaram por se aliar na disputa da UNE em 1962, defendendo a idéia de uma entidade que estabelecesse um vínculo mais direto com os próprios estudantes, superando o seu suposto caráter de cúpula. (Kadt, 2003).

O que se pode observar é que as décadas de 1960, 1970 e início de 1980 se caracterizaram pela radicalização dos jovens na ação política, em contraposição à ditadura civil e militar imposta no Brasil a partir de 1964. O movimento estudantil se constituiu numa importante organização que agregou os jovens brasileiros no processo de resistência à ditadura militar, produzindo, assim, um movimento de contracultura aliado a outros da época, como o movimento tropicalista, os movimentos camponeses e feministas.

Mas a participação dos jovens na política brasileira não se encerra aí, vale ainda destacar a importância da participação

desses agentes em dois momentos importantes para a história política do Brasil: movimento pelas *Diretas já* em 1984 e o movimento dos “Carapintadas” em 1992, que lutavam por ética na Política e pelo *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo.

A CONDIÇÃO JUVENIL NO TEMPO PRESENTE

Embora tenhamos alcançado significativos avanços no campo jurídico e político em relação aos direitos de adolescentes e jovens durante os anos 2000, nesse mesmo período, em especial a partir da década de 1990, no mundo ocidental, conceitos como igualdade, justiça social e cidadania passaram a fazer parte de um pacto social que não têm por princípio a construção de uma sociedade efetivamente igualitária e justa. O que se reverifica é que os novos pactos sociais se constituem a partir de uma desigualdade suportável, de uma justiça que mais do que equalizadora se converte em redução dos conflitos sociais, das ameaças que os setores populares, em especial os adolescentes e jovens representam para os poderes constituídos. Trata-se da gradativa criminalização dos movimentos sociais, entre eles os juvenis.

Se nas gerações anteriores projetava-se uma sociedade na qual defendia-se no mínimo o direito de bem-estar econômico, até ao direito de participar por completo na herança social, tendo acesso a uma parte do conjunto de bens materiais e simbólico produzidos pela humanidade, a partir da década de 1990, na nova fase do capitalismo global e neoliberal, estas perspectivas caem por terra e os adolescentes, jovens e adultos, são condenados a viver em um mundo sem utopias e perversamente sendo culpabilizados por tal situação.

Com todas as contradições, a utopia se constituía como um dos grandes valores da modernidade, se constituindo como combustível para movimentos e revoluções. No entanto, a partir da década de 1980 e com maior força a partir da década de 1990, tal

valor vai se esvaindo e cedendo lugar para um pragmatismo individualizado. Assim, viver o mundo moderno isento das utopias que caracterizaram o seu nascedouro é se inserir em um jogo de distinção que segrega e discrimina aqueles que não possuem os capitais globais que proporcionam melhores condições na disputa social.

Nesse novo ambiente econômico, político, social e cultural, o fugaz, o temporário e transitório vai se constituindo como valor central na vida em sociedade. Bauman (2013, p. 22), em sua conversa com Riaccardo Mazzeo, ao interpretar uma das últimas entrevistas de José Saramago, conclui que

Se a vida pré-moderna era uma encenação diária da infinita duração de todas as coisas, exceto a vida mortal, a vida líquido-moderna é uma encenação diária da transitoriedade universal. O que os cidadãos do mundo líquido-moderno logo descobrem é que nada nesse mundo se destina a durar, o que dirá para sempre. Objetos hoje recomendados como úteis e indispensáveis tendem a “virar coisa do passado” muito antes de terem tempo de se estabelecer e se transformar em necessidade ou hábito. [...] Tudo nasce com a marca da morte iminente e emerge da linha de produção com o “prazo de validade” impresso ou presumido. Trata-se de uma civilização do excesso, da redundância, do desejo e do seu descarte. Tal condição leva os sujeitos, em especial os jovens a se verem sempre divididos entre desejo e o medo; a esperança e incerteza.

Toda essa lógica do capitalismo global vai se constituindo para atender às demandas de um mercado que tudo absorve, tendo uma

[...] fantástica habilidade de aproveitar todo e qualquer problema, ansiedade, apreensão, dor e sofrimento humanos – sua capacidade de transformar todo protesto e todo impacto de ‘força contrária’ em proveito e lucro. (BAUMAN, 2013 p. 30).

Vivemos então um tempo do presente contínuo, um tempo em que o que interessa é o agora, no qual as experiências legadas pela memória já não interessam para grande parte dos setores sociais e a projeção de um futuro coletivo que se deseja construir já não está na pauta enquanto valor em disputa efetiva. A hegemonia cultural ou como diria Williams, (2011) a “cultura comum” que temos construído nas últimas décadas é inerente à lógica da mercadoria de uma modernidade tardia, ou seja, de produtos que não são produzidos para durar, mas continuamente para serem substituídos, muito distante daquilo que seria o seu valor de uso.

Para Bauman (2013), este é o mundo em que a geração jovem de hoje nasceu, de modo que não conhece nenhuma outra, é uma sociedade de consumidores e uma cultura do agora que promove o culto da novidade e da aleatoriedade. Mas, a despeito da contribuição do autor, é preciso ficar claro, não se trata de um mundo produzido pelos jovens, pelo contrário, trata-se de um mundo que as gerações anteriores legaram aos jovens do tempo presente.

Trata-se de um mundo de fragilidade e precariedades, que segundo Boudieu (1998) hoje está por todos os lados e assombra os conscientes e inconscientes de todos os trabalhadores.

Constata-se claramente que a precariedade está hoje por toda a parte. No setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicaram as posições temporárias e interinas, nas empresas industriais e também nas instituições de produção e difusão cultural, educação, jornalismo, meios de comunicação etc., onde ela produz efeitos sempre mais ou menos idênticos, que se tornam particularmente visíveis no caso extremo dos desempregados: a desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. (p.120)

A fragilidade de todos os pontos de referência concebíveis e a incerteza endêmica a respeito do futuro afeta profundamente aqueles que já foram atingidos e todo o restante de nós que não podemos estar seguros de que golpes futuros não nos atingirão. Transformando todo futuro em incerto.

De acordo com Boudieu (1998, p. 122), a precariedade impede qualquer antecipação racional e, em particular, esse mínimo de crença e esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável. Assim, “para conceber um projeto revolucionário, isto é, uma ambição racionada de transformar o presente por referência a um futuro projetado, é preciso ter um mínimo de domínio sobre o presente”.

Nesse sentido o contexto é de uma intencionalidade na qual impede os sujeitos em tais condições de serem efetivamente mobilizados temerosos de perder o pouco que lhes resta, consequência de uma constante situação de insegurança e risco permanente que leva os indivíduos à situação de pensarem cada vez mais em si mesmos, a competirem cada vez mais entre si, o que contribui para manutenção de sua condição de submissão, e aceitação da exploração.

Castel (1998) também analisa a precarização do trabalho, trazendo como base empírica a França da década de 1970, a qual, a partir desse período, se caracteriza pela transformação no mundo do emprego, causa importante na desarticulação social. Segundo esse autor, embora esse processo atinja todos, os jovens são os mais afetados, e as mulheres, mais do que os homens. Esse fenômeno caracteriza-se, principalmente, pela diversidade e pela descontinuidade das formas de emprego, suplantando o paradigma do emprego homogêneo e estável. Diz Castel:

[...] enfatizar essa precarização do trabalho permite compreender os processos que *alimentam* a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação. (...)

Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego se inseriu na dinâmica atual da modernização (CASTEL, 1998, p.516).

Mas a perversidade da condição juvenil no tempo presente quanto à sua precarização se constitui em dois aspectos que se complementam: por uma lado a precarização que eles mesmos estão enfrentando e irão enfrentar nas relações com o mundo do trabalho *flexível*; por outro o que trazem enquanto herança de sua famílias, em especial de baixa renda, agrava sua condição de precarização.

De acordo com Bourdieu (2008), a família exerce um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Para ele, a família é um dos lugares por excelência de acumulação do capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações, principalmente em relação ao capital econômico e ao cultural. Tais capitais são transmitidos por meio dos estilos de vida de um grupo, que se desenham não só pela objetivação das necessidades econômicas e culturais que determinam sua escolha, mas também pelas relações sociais objetivas no cotidiano familiar, através de experiências corporais profundamente inconscientes. Bourdieu (2008, p. 75) destaca que

O Interior de cada moradia exprime, em sua linguagem, o estado presente e, até mesmo passado, daqueles que o ocupam, revelando a segurança sem ostentação da riqueza herdada, a arrogância espalhafatosa dos novos-ricos, a miséria discreta dos pobres ou a miséria dourada dos “primos pobres” que pretendem viver acima de seus recursos.

A rigor, as ocupações e o grau de escolaridade demonstram o tipo de capital – cultural e social – que está disponível para os filhos de trabalhadores e os estilos de vida que incidirão diretamente nas lutas, tanto por bens econômicos como culturais, e

nas lutas simbólicas que irão travar em seu cotidiano, em seus circuitos pela cidade.

Ou seja, junto ao lugar que ocupam na cidade, os estilos de vida, o acesso aos bens econômicos e simbólicos serão sinais distintivos dos jovens sem estudo, pois a sua origem social é atestada pelo que herdaram de seus pais, tanto no concernente às suas profissões (ou ocupações) como ao acesso que tiveram à educação escolar, tendo em vista que esses aspectos selecionam determinados conjuntos de *habitus*, entendidos como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe.

Nessa abordagem, a experiência temporal resulta da relação entre duas dimensões: esperanças subjetivas e oportunidades objetivas. Guimarães e Duarte (2008), com base nos estudos de Bourdieu, argumentam que os agentes sociais ocupam posições sociais desiguais na sociedade em razão do volume e da estrutura do capital que possuem e que as esperanças e aspirações, nestas circunstâncias, são desigualmente distribuídas. A adequação entre essas duas dimensões segue a lei de tendência das condutas humanas segundo a qual, por intermédio das disposições do *habitus*, as esperanças tendem universalmente a se ajustar às oportunidades objetivas e a comandar a propensão dos agentes sociais a investirem.

Mas o que nos importa nesse momento é destacar que o movimento de precarização e flexibilização do mundo atual destacados pelos autores acima tem consequências severas no processo de sociabilidade humana, ou mais especificamente, no processo de individuação dos sujeitos no tempo presente. Bauman (2008) analisa tal questão afirmando que a precariedade, ao abandonar os sujeitos aos seus próprios recursos tem como consequência a mudança de mentalidade dos agentes, levando-os a projetos individuais de curto prazo, sendo

[...] a incerteza de hoje uma poderosa força individualizante. Ela divide em vez de unir, e como não existe jeito de dizer

quem sobreviverá a essa divisão, a idéia e “interesses comuns” fica ainda nebulosa e por fim se torna incompreensível. Medos, ansiedades e tristezas são feitos de tal modo que devem ser sofridos sozinhos. (BAUMAN 2008, p.36).

Trata-se de um tempo de laços fracos e formas de associações efêmeras, as quais passam a se constituir imediatamente como mais úteis do que aquelas de longo prazo. Assim, “o grau de imobilização, seria hoje a principal medida de privação social e a principal dimensão da falta de liberdade” (id. *ibid.* 2008, p. 53). Este seria o maior ataque à cidadania, pois o que estaria em foco já não seria mais o cidadão, mas o indivíduo na sua busca desesperada por sua mínima inserção ou manutenção em um jogo cujas regras modificam-se de forma constante no intuito de excluir cada vez mais a maioria dos possíveis jogadores.

JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NO TEMPO PRESENTE

Os recentes estudos sobre a temática juventudes e participação política demonstram as diferentes e diversificadas formas de participação política dos jovens no mundo contemporâneo, em especial no Brasil. É notório, nesses estudos, o afastamento dos jovens dos processos democráticos convencionais e, por conseguinte, há a rotulação desses agentes como *apolíticos*, tendo em vista que muitos agrupamentos não se inserem e mesmo se contrapõem aos modelos políticos erigidos pelas gerações anteriores. No entanto, há que se considerar que

A rejeição aos partidos como forma de organização política, ou mesmo a vinculação a domínios não institucionalizados de ação coletiva não necessariamente representam uma despolitização. Essas atitudes podem, ao contrário, acenar para uma confrontação com elites políticas e com o poder regulador das instituições (SILVA; CASTRO, 2013, p. 14-15).

Concordo com autores acima quando afirmam que o interesse dos jovens pela política não deixou de existir, mas que aconteceram mudanças na forma de atuação, organização e também em suas concepções. A participação dos jovens no tempo presente, acontece por meio de eventos em contextos fluidos, supostamente não hierarquizados e decorrentes da sua própria iniciativa, não tendo direção de segmentos adultos ou instituições clássicas de participação política. Os espaços de atuação são bastante variados, a luta que antes era por problemas amplos, hoje se restringe aos problemas mais locais e almejam mudanças imediatas. Há, assim, uma reconfiguração dos

[...] espaços de luta, dada a transformações econômicas, sociais e a políticas nos países latino-americanos a partir dos anos 1980, imprimiram mudanças profundas na experiência política juvenil, não mais identificada exclusivamente pela identidade de estudante. (MISCHE 1997, *apud* SILVA; CASTRO, 2013, p. 21).

Entretanto, a pesquisadora sobre movimentos sociais, Maria da Glória Gohn (2012) considera que muitas práticas políticas e culturais juvenis entre 2013 e 2014 se constituam muito mais como ações de pressão social do que propriamente como movimentos sociais estruturados.

A despeito da importância de tais movimentos, seus agentes eram majoritariamente oriundos dos setores médios e altos da sociedade brasileira, não representando, de forma direta, a perspectiva de mundo e os problemas específicos dos jovens pobres e da periferia. Tais, movimentos de contestação se caracterizaram por uma problemática geracional fundada nas aspirações dos setores urbanos privilegiados que tinham acesso à formação universitária, ou nela estavam inseridos. Gohn (2014, p. 12), ao analisar os movimentos juvenis de 2013 considera que:

As manifestações de junho de 2013 no Brasil fazem parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, [com] predominância das classes médias, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente, críticos das formas tradicionais da política, tais como se apresentam na atualidade – especialmente os partidos e os sindicatos –, eles pregam a autonomia em relação a essa forma antiga, embora alguns possam ter articulações com alguns partidos mais radicais.

Embora as representações do jovens pobres das periferias urbanas sobre as instituições políticas não sejam muito distintas daquelas dos jovens de classe média, Oliveira (2015) em sua tese de doutorado, define que as ações desses jovens se caracterizam pela melancolia frente à participação política, o que para a autora constitui-se como um estado de tristeza e desencanto geral frente à realidade política atual, tendo como características principais o alheamento, a apatia, a descrença, o descrédito e o pessimismo.

Ao investigar jovens pobres de uma região de baixa renda do município de Goiânia, entre 2010 e 2014, a pesquisadora constatou que:

[...] o alheamento se faz presente quando são perguntados se teriam vontade de entrar em alguma luta ou causa de cunho social. A maioria respondeu que não e que nem saberia pelo que lutar. Ou seja, há um afastamento das motivações políticas que movem partidos, coletivos ou movimentos sociais. Não se trata, portanto, de afirmar que o fato de não participarem os torna alheios, mas o de nem saber ou se interessar pelas causas políticas que estão na pauta. (OLIVERIA, 2015, p.152).

Entretanto, concordamos com Melucci (1996) quando afirma que é através de aspectos evidenciados na ação dos jo-

vens no mundo contemporâneo que temos uma sinalização de problemas relacionados não apenas com suas condições de vida, mas principalmente, com os meios de produção e distribuição dos recursos na sociedades do mundo ocidental.

As manifestações e conflitos que ocorreram em junho de 2013, bem como a organização dos estudantes em São Paulo e Goiânia em 2015 que ocuparam diversas escolas, contrapondo-se às mudanças da organização dos sistemas estaduais de educação, são exemplos das novas formas e organização dos jovens. Em alguns casos tais manifestações surtiram imediatamente efeitos positivos (mesmo que pontuais) na reorganização da política e em alguns aspectos da administração pública, mesmo que temporariamente.

Um exemplo disso foi o caso da política do Governo do Estado de Goiás que teve como objeto passar a gestão das escolas públicas vinculadas à secretaria de Educação do Estado para Organizações Sociais Educacionais². Em decorrência dos movimentos juvenis houve a ação do Ministério Público no sentido impedir a continuidade da proposta do governo na forma que ela se apresentava. Após a desmobilização dos jovens o governo reformulou sua proposta, sem mudar seu conteúdo e sua intenção, e a colocou em execução, sem no entanto encontrar o mesmo nível de resistência tanto dos movimentos juvenis como do Ministério Público. Isso nos remete à falta de continuidade dos movimentos juvenis em torno das pautas defendidas.

Há que se ponderar que tais ações caracterizaram-se pela fragilidade e fluidez, uma vez que, faltam-lhes estratégias e reflexões teóricas mais consistentes, as quais poderiam alimentar projetos e ações mais duradouras e mais coletivas. Além do mais, a opção de se considerarem não vinculados a nenhuma organização política clássica, os submeteu ao risco de apropriação

2 LEI Estadual Nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências.

de sua pautas e discursos por segmentos das mais variadas matizes ideológicas e políticas, inclusive conservadoras e fascistas, como foi o caso das manifestações contra corrupção em 2013 e 2014. Ao ser abraçada pela mídia hegemônica as críticas foram vinculadas especificamente ao Governo Federal e ao partido político de origem da Presidenta da República, culminando em seu impeachment em agosto de 2016, sem alterar, no entanto a lógica política patrimonialista que caracteriza a gestão pública brasileira em suas diversas esferas.

Entretanto, podemos destacar os impactos e a importância das manifestações juvenis, que provocaram o reavivamento dos debates acerca da forma de se fazer política no Brasil. Além disso, pelo menos nos momentos pontuais, caracterizaram-se como um despertar de conscientização do direito de participação direta nas decisões políticas por meio da ação coletiva e movimentação dos governos frente às demandas sociais.

Pode-se dizer que essas manifestações, diferente dos movimentos sociais em seu sentido clássico, possuem utopias menos ambiciosas, mas ainda sim apresentam expectativas diversas e o desejo de mudanças. Mas, numa perspectiva histórica e social, há sempre que se perguntar: quais mudanças? Qual futuro se quer projetar? Ou seja, como nos ensinou Lewis Carroll (2002), no livro *Alice no País das Maravilhas*, se você não sabe onde quer ir, qualquer caminho serve. O problema é que o ponto de chegada pode nos surpreender de forma negativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi exposto até o momento teve o objetivo de nos colocar o desafio metodológico de refletir e questionar em torno da realidade social brasileira e das interpretações que estamos produzindo sobre ela nos últimos anos. Como diria Florestan Fernandes (2008), trata-se de compreender que as relações entre movimentos sociais e participação política no Brasil estão

atravessadas pela necessidade de se interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta realidade e ao mesmo tempo discutir as interpretações prevaletentes.

O que os estudos têm apontado, e o que se evidencia neste texto, é que a participação dos jovens na política brasileira historicamente e, em especial entre as décadas de 1930 e 1990, se deu por meio de movimentos sociais organizados e instituídos, tendo grandes pautas nacionais e locais como o escopo de suas reivindicações. No entanto, podemos constatar que as formas de organizações juvenis entre 2013 e 2015 foram opostas a tal modelo de institucionalização da participação.

A busca de compreensão de tais contradições deve tencio-nar e, inclusive criar novos desafios tanto para os próprios pes-quisadores como para os movimentos sociais e partidos políti-cos comprometidos com as lutas de grupos e classes populares.

Nesse sentido, há que se conceber o papel dos intelectu-ais em sua missão de desvendar aspetos da realidade social que estão imersos em ilusões produzidas também pelas ideologias desses agentes e das próprias instituições. O que pode levar tais agentes a questionamentos básicos, inclusive sobre as *doxas* institucionalizadas que orientam suas práticas políticas.

Trata-se de conceber a ação dos sujeitos na história, o mo- vimento da sociedade enquanto um vasto processo social que abala e destrói, renova e inventa relações, processos e estruturas de dominação e apropriação. A rigor, os movimentos da história fazem com que o pensamento se defronte com novos desafios.

Vale destacar que esta é uma análise provisória, tendo em vista que, após o impeachment da Presidenta da Repúbli- ca Dilma Rousef, e das medidas que impõem perdas de direitos históricos no Brasil implementadas pelo novo Governo que se institucionalizou por meio de um golpe político e jurídico, os movimentos e organizações estudantis passaram a ocupar esco- las e universidades em todos os Estados da Federação. Ou seja, o segmento social que está se contrapondo de forma direta a essa

situação são os estudantes, com alguns aspectos organizativos de se diferenciam daqueles realizados entre 2013 e 2015. Portanto, Consideramos ainda seja muito cedo para uma avaliação de caráter Global e prospectivo.

YOUTH AND POLITICAL PARTICIPATION BETWEEN 2013 AND 2015 IN BRAZIL

Abstract: *This article is part of an ongoing research developed by the research group Youth and Education, which is linked to the post-graduation program in Education of PUC Goiás. It aims at analyzing the relationship between youth and political participation between 2013 and 2015, in Brazil. And It also discusses the relationship between recent Brazilian youth demonstrations and social movements, which are understood as historical categories of analysis in this study. It is considered a relevant theme as it maintains a dialogue with Brazilian reality regarding the youth participation in movements and their new ways of organizing social demonstrations.*

Keywords: *youth, political participation, social movements.*

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z.. *A sociedade Individualizada: vida contada e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2008.

_____. *Sobre educação e juventude: Conversas com Riccardo Mazzeo*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2013.

BOURDIEU, P.. *Contrafogos: táticas par enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1998.

_____. *A distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouc, 2008.

CARROLL, L. *Alice no país das maravilhas*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes 1998.

FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos de desenvolvimento da so-*

- cidade brasileira*. São Paulo: Editora Global, 2008.
- GOHN, M. da G. M. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- _____. *Sociologias dos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- GUIMARÃES, M.T. C. e DUARTE, A.J. *Jovem da EJA: Sentidos Atribuídos ao Trabalho*. ANPED Centro Oeste, Brasília, DF: 2008
- KADT, E. *Católicos Radicais no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- MELUCCI, A.. Juventude, tempo e movimentos sociais. Universidade degli Studi di Milano. Tradução de Angelina Teixeira Peralva. In: *Revista Young*: v.4, n. 2, 1996.
- NASCIMENTO, M. J. *A participação política da juventude goiana no movimento estudantil universitário: a crise de um projeto social(1960/1985)* (Dissertação de Mestrado). Goiânia: Universidade Federal de Goiás.Faculdade de Educação, 2002.
- OLIVEIRA, S. M. De. *A melancolia na constituição político identitária da juventude*. UFG, 2015 [Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás].
- SILVA, C. F.S.; CASTRO, L. R. de C. Para além das fronteiras convencionais do ativismo político: a inserção de jovens em “coletivos fluídos”. In: BEZERRA, Heloisa Dias; OLIVEIRA, S. M.de. *Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.
- WILLIAMS, R. *Cultura e Sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.